

2013

A marcação do tempo em um discurso parlamentar em defesa do voto aberto



A representação do tempo em um discurso parlamentar em defesa do voto aberto¹

1. Introdução

O voto aberto na deliberação a respeito de perda de mandato parlamentar é uma reivindicação da população, que anseia por mudanças na legislação que possam ampliar a transparência nas votações e fortalecer a ética nas decisões do Legislativo.

A transparência nos processos de deliberação no Legislativo tem sido buscada não apenas pela sociedade, mas também pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que procuram neste momento resgatar a imagem do Parlamento. E uma das maneiras de se fazer isso é aprovar o **voto aberto** para todas as deliberações ocorridas no Plenário da Câmara dos Deputados.

2. Contextualização

A Proposta de Emenda à Constituição nº 196/2012, de autoria do Deputado Álvaro Dias, acaba com o voto secreto em deliberações do Legislativo sobre perda de mandato parlamentar.

A Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 196/12, que dispõe sobre o voto aberto em deliberações referentes ao mandato parlamentar, aprovou por unanimidade o parecer do Relator que, entre outros aspectos, ressalta o seguinte:

A proposta de emenda à Constituição analisada tem, haja vista o momento político por que passa o país, justificação amparada em fatos recorrentes do noticiário político. São parlamentares acusados de corrupções e que são absolvidos nos processos de perda de mandato pelo Plenário da Câmara dos Deputados, levando ao descrédito o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. É o “Deputado-presidiário”, são os deputados envolvidos em irregularidades e inocentados pela Câmara dos Deputados. (DEPUTADO VANDERLEI MACRIS, Relatório da PEC 196-A/2012, p. 2.)

¹ Análise realizada por Maria Lílian de Medeiros Yared.



O discurso a ser analisado foi proferido em uma reunião desta Comissão Especial, realizada em 03.09.2013, com a presença de vários representantes da sociedade civil, incluído um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

2 METODOLOGIA

A partir do Banco de Discursos do Departamento de Taquigrafia, escolhemos um discurso do Deputado Paulo Rubem Santiago, proferido na Comissão Especial destinada a discutir a PEC 196/12, que prevê o voto aberto durante a votação de análise de perda de mandato parlamentar. Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição que possui muito apelo popular porque já existe uma demanda social nesse sentido.

Vamos analisar, no discurso, a questão da representação do tempo: vamos buscar saber como são realizados (com que recursos semióticos e linguísticos) os marcos temporais que determinam o tempo discursivo e o ritmo textual.

Vamos utilizar basicamente dois corpos teóricos: a configuração teórica sobre a representação do tempo no discurso, de van Leeuwen, e a Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday. No discurso escolhido, procuraremos analisar como o orador realiza linguisticamente o tempo no seu discurso. Não analisaremos os verbos, o que seria de se esperar, mas vamos buscar as **unidades lexicais com função referencial temporal**, para vermos **o ritmo do discurso**: como o orador se posiciona em relação ao tempo no seu texto.

O tempo, segundo Halliday, pode ser expresso em termos de **extensão** e de **localização**. Em termos de localização, o tempo pode se fundir com o espaço. Não é à toa que, linguisticamente, tendemos a dizer “No dia 13..., utilizando uma preposição a princípio indicadora de espaço, para nos referir a um marco temporal pontual. Segundo van Leeuwen, essa distinção foi feita pelos gregos antigos, quando se referiam a *kairos* (ponto específico na linha do tempo) e *cronos* (duração no tempo).

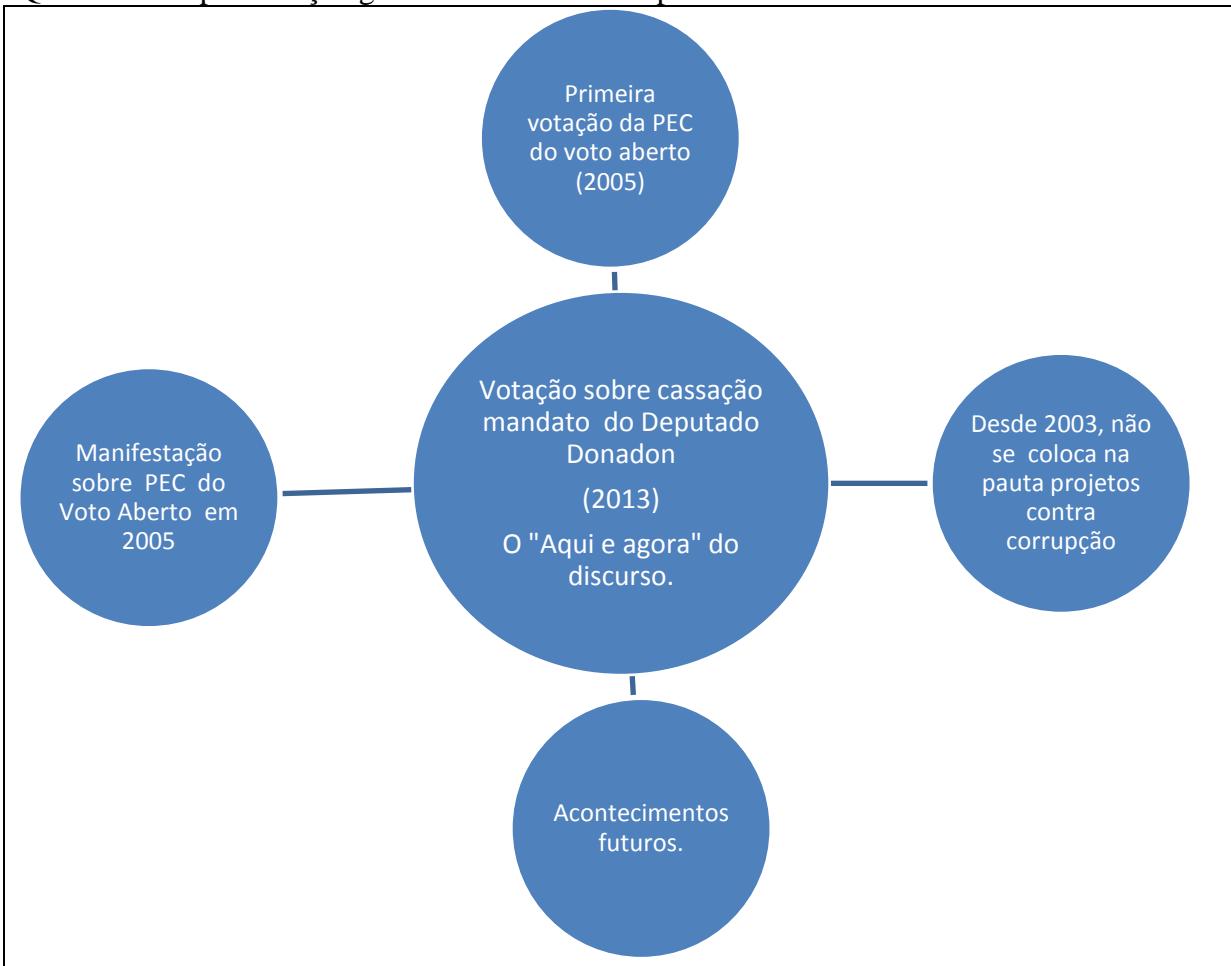
3. Análise

Vamos procurar ver as **representações dos marcos temporais** do discurso, que ajudam a compor linguisticamente o ritmo do texto – a forma como o orador posiciona o seu discurso na chamada “linha do tempo”. Primeiramente, de acordo com o que examinamos, em termos temporais o texto não segue exatamente uma “linha”, mas podemos pensar, em termos de representação gráfica, em um ponto central específico de onde partem várias linhas radiais. Esse ponto é a referência central nesse discurso; o que vem **antes desse ponto** é ressaltado e o que poderá acontecer **depois desse ponto**



também é descrito. No caso, esse núcleo temporal, que atrai e referencia todos os acontecimentos, é a deliberação da Câmara a respeito da perda de mandato do Deputado Natan Donadon. A partir de acontecimento-núcleo, o discurso vai-se organizando temporalmente e atinge uma configuração temporal que determina o tempo passado e o tempo futuro em relação a esse acontecimento-núcleo. Todos os fatos relatados no discurso estão referenciados a esse marco principal. Vejamos a representação gráfica a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1 - Representação gráfica dos marcos temporais no discurso



Fonte: Nossa autoria.

O **marco temporal nuclear**, em termos discursivos, é a deliberação ocorrida no Plenário da Câmara a respeito da cassação do mandato do Deputado Natan Donadon, Parlamentar que atualmente se encontra preso por formação de quadrilha, em uma penitenciária do Distrito Federal. Na deliberação, 233 Deputados votaram a favor da cassação, mas seriam necessários 257 votos a favor e, dessa forma, o Parlamentar não foi cassado. Isso provocou protestos na sociedade e levantou a questão do voto secreto nesse tipo de votação. Assim, em uma analogia com a força da gravidade, esse fato, discursivamente, é um marco temporal que possui a maior força gravitacional para fazer

com que outros marcos temporais realizem um movimento orbital em torno dele. Em termos de representação do tempo, o ritmo desse discurso é estruturado tendo como ponto referencial básico esse fato.

A seguir, apresentamos o Quadro 2, que explicita os marcos factuais e indica a sua relação com o referencial nuclear (a votação da cassação do mandato do Deputado Donadon). Tal referencial impõe o ritmo discursivo porque é o responsável pelo estabelecimento da referencialidade de todo o discurso.

Quadro 2: Classificação da temporal segundo Halliday.

Marcos da linha temporal no discurso	Classificação da expressão temporal
“Passaram 8 anos desde a primeira votação, em 2005 da PEC do voto aberto”	Extensão
“De lá para cá”	Extensão
“De lá para cá”	Extensão
“Desde 2003, não há uma Mesa Diretora”	Localização
“Votação da última quarta-feira”	Localização
“De lá (anafórico: desde a votação sobre mandato de Natan Donadon) para cá é que o Congresso Nacional”	Extensão
“Eu viajei agora”	Localização
“De sexta até domingo conversei com blogueiros”	Extensão
“Manifestação que já havia sido feita em 2005 pela PEC do voto aberto”	Localização
“Longo e farto processo (jurídico) vem desde 2002”	Extensão
“Passaram-se 10 ou 12 anos”	Extensão
“Na hora em que nós temos que sacramentar de forma coerente”	Localização
“Nesta Casa, agora existe uma bancada que se alinha com as práticas que foram desenvolvidas pelo Deputado Natan Donadon e por aqueles que o acompanharam.”	Localização
“Como aqueles que, em 2005, defendíamos de imediato a votação em segundo turno desta (anafórico) PEC”	Localização
“(...) como discordei recentemente, pela JC News, domingo, às 10 horas da manhã de que nós temos de ter voto secreto para a derrubada de vetos e para a eleição da Mesa.”	Localização muito bem referenciada: o Deputado faz questão de marcar a referência.

Fonte: Autora.



4 Considerações Finais

A marcação temporal em um discurso referencia o discurso e define o seu ritmo. As categorias dêiticas — catafóricas ou anafóricas — ajudam a compor esse referencial. Normalmente, em um discurso parlamentar, existe o que chamados de “*deixis origo*”, isto é, um fato central temporal e especialmente referenciado que servirá de ponto nuclear para onde convergem outros marcos temporais do discurso. Os referenciais de tempo serão definidos em relação a esse *deixis origo*.

No caso do discurso analisado, o marco temporal principal, ou a *deixis origo*, é justamente o fato que se refere à votação e deliberação, em plenário, a respeito da cassação do mandato do Deputado Natan Donadon, que se encontra atualmente preso. O Deputado não teve o seu mandato cassado, porque o número de votos a favor da cassação não foi suficiente. Esse fato ocorreu em 28 de agosto de 2013.

É relevante observarmos que as referências do sistema de referencialização (indexicalidade) podem ser realizadas linguisticamente por várias expressões adverbiais ou mesmo por datas específicas. No discurso analisado, observamos que a expressão “de lá para cá” é muito utilizada, e podemos inferir o “lá” e o “cá”, de acordo com as informações textuais. Também podemos identificar no texto que o orador, ao marcar seu posicionamento em relação ao voto aberto para cassação de mandato parlamentar e para votação da Mesa Diretora, fez questão de identificar bem o dia e o horário. Esse detalhamento preciso na marcação temporal pode indicar um desejo de fortalecimento da identidade política do orador em relação ao voto aberto.



4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a PEC 196-A/2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/Vanderlei Macris>> Acesso em 14.11.2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Banco de Discursos do DETAQ. Discurso do Deputado Rubem Santiago, proferido na Comissão Especial. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/Paulo_Rubem_Santiago> Acesso em 14.11.2013.

HALLIDAY, M.A.K & MATHIESSEN, M.A.M. **An Introduction to Functional Grammar**. London. Hodder, 1994.

LEEUWEN, Theo van. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York. Oxford University Press, 2008.



ANEXO A

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados convidados que integram esta Mesa de debates, assim se passaram 8 anos desde a primeira votação, em 2005, quando, ao lado de muitos Deputados e Deputadas - alguns inclusive não exercem mais o mandato parlamentar nesta Casa, como o Deputado Mauro Passos, de Santa Catarina -, nós levantávamos um enorme cartaz no plenário, onde se lia: "Voto ético é voto aberto". De lá para cá, nós vimos esse movimento em defesa da ampliação da transparência, do fortalecimento da representação parlamentar, porque nenhum de nós chega aqui de paraquedas. Nós recebemos o voto como um advogado recebe uma procuração de um cidadão, na defesa dos seus direitos constituídos. De lá para cá, nós vimos que as grandes teses em defesa do fortalecimento do Parlamento e do fortalecimento do voto popular foram sendo colocadas no limbo. Nós temos projetos relacionados pela Frente Parlamentar de Combate à Corrupção prontos para apreciação em plenário, e desde 2003 não há uma Mesa Diretora que tenha tido a coragem, junto ao Colégio de Líderes, de pautar, por exemplo, a votação de um projeto de lei do Deputado Luiz Couto, que já na primeira instância do Poder Judiciário admite a instituição de varas especializadas em combate à improbidade e à corrupção, e assim sucessivamente, nas instâncias superiores, até chegarmos aos Tribunais Superiores. O que nós observamos, pela última avaliação feita pelo CNJ a respeito do desempenho dos Tribunais de Justiça dos Estados no julgamento das ações civis de improbidade e das ações penais que acompanham muitas dessas ações de improbidade, é que é como se não existisse o Poder Judiciário, é como se não existisse o controle social, é como se não existisse a Lei de Improbidade nem o Código Penal. Aqueles que formam, à margem da ética, da probidade, estruturas econômicas e estruturas de poder saíram fortalecidos da votação da última quarta-feira, porque o que nós ouvimos de lá para cá é que o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, transformou-se num covil de bandidos. Eu viajei agora por grande parte da Zona da Mata e por parte do Agreste do meu Estado. De sexta até domingo, conversei com blogueiros, com radialistas, com Vereadores, com lideranças, e não houve uma única opinião contrária. Primeiro, há a surpresa de o Congresso não ter tido a dignidade de acompanhar a manifestação, que já havia sido feita em 2005, pelo voto aberto, pela PEC do Voto Aberto. E numa ocasião como essas, em que um longo e farto processo vem desde 2002, com a condenação no Supremo do Deputado Donadon! Não foi uma disputa partidária, não foi uma questão levada de última hora ao Supremo Tribunal Federal. O processo se originou quando ele era Deputado Estadual, nem era Parlamentar Federal. Então, passaram-se 10 ou 12 anos, todas as instâncias do Poder Judiciário foram vencidas, e na hora em que nós temos que sacramentar de forma coerente a decisão pela prisão - e os fatos que geraram essa decisão implicam também a suspensão dos direitos



políticos -, a turma do Donadon demonstrou que faz parte de uma bancada. Nesta Casa, **agora**, existe uma bancada que se alinha com as práticas que foram desenvolvidas pelo Deputado Natan Donadon e por aqueles que o acompanharam.

Por isso é que eu quero expressar mais uma vez, como aqueles que em 2005 defendíamos de imediato a votação em segundo turno desta PEC, que o voto ético é o voto aberto. E mais: discordo, como discordei **recentemente** pela JC News, a emissora do Sistema Jornal do Commercio do meu Estado, numa grande mesa de debates, no domingo, **às 10 horas da manhã**, de que nós temos que ter voto secreto para a derrubada de vetos e para a eleição da Mesa. Não concordo. Os Parlamentares não estão aqui individualmente. Eles representam bancadas, eles representam partidos e são legalmente registrados.

A forma mais adequada de nós reagirmos aos desvios totalitários de quem quer que esteja no Poder Executivo, seja na derrubada dos vetos ou em qualquer tipo de acordo espúrio para a composição de uma Mesa, é nós nos expormos publicamente, é nós, enquanto Parlamentares, na discussão da composição do Poder e na discussão da derrubada dos vetos, termos os nossos partidos como o lastro das nossas posições, e não ficarmos num varejo, numa bancada de feira, num dia de sábado, às 11 horas da manhã, cada um fazendo o que quer, vendendo do jeito que quer, negociando o seu voto para a derrubada de um voto ou para a composição de uma Mesa. O que nós temos que fazer é aproveitar os processos para fortalecer os partidos. Concluo, como tenho feito em outras Comissões, deixando algumas estrofes de cordel para levar a discussão árida e ácida do crime de combate à corrupção para o compreensivo e para o imaginário popular:

*"O Brasil tomou um susto **na quarta-feira passada**.
O Donadon não caiu.
Mas que vergonha danada!
Num processo longo e farto foi o homem condenado.
Desviou dinheiro público num processo preparado.
O Supremo então falou, o Supremo decidiu:
O homem vai pra Papuda. Está lá pelo bem do Brasil.
Um susto, então, ocorreu: o povo está enfezado.
Como é que o Parlamento não cassou o Deputado?
Imaginem o que li daquele dia em diante.
A Câmara sofreu mais do que o Lula retirante.
Disseram que isso aqui virou covil de bandido,
Que a turma do Donadon atendeu o seu pedido.
Quem votou em Deputado se sentiu foi enganado.
O sistema está falido."*

Vamos aprovar e estabelecer o voto aberto para todas as decisões da Câmara Federal, quiçá do Congresso Nacional.



Banco de Discursos da Taquigrafia

www.camara.leg.br/bancodediscursos

analisededisco@camara.leg.br

Coordenação de Histórico de Debates, Anexo II, subsolo, Câmara dos Deputados

Brasil - Brasília-DF



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

